

Bases para o futuro. Esta é a hora

Em meio à maior crise da agricultura nos últimos 40 anos, pós um período crescente de produção e produtividade e da “descoberta” da pujança da agroenergia, fica claro que o momento para tomar decisões que definirão o futuro do país é este.

No 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que acontece nos dias 1 e 2 de agosto em São Paulo, voltam à discussão a sustentabilidade, a diversificação e a integração das cadeias produtivas do agronegócio. Além disso, no 5º CBA será discutido

o futuro do Brasil face à sua potencialidade na produção de energia e alimentos, e as interações entre suas cadeias produtivas, cada vez maiores e interdependentes.

Como nos últimos quatro congressos, a Associação Brasileira de Agribusiness,

ABAG, cumpre seu papel de oferecer caminhos político-estratégicos para o setor. A 5ª edição do CBA vai além e busca o comprometimento daqueles que receberam pelo voto a incumbência de representar o povo e governar o Brasil: deputados

federais, estaduais, senadores, governadores e presidente da república.

Foi elaborado e entregue aos candidatos à presidência um documento sobre a importância do setor para a economia brasileira e os principais gargalos que impe-

dem seu pleno desenvolvimento. São 15 pontos, que seguem resumidos na seção, mas que estão disponíveis, na íntegra nas home pages: ABAG: www.abagbrasil.com.br ABAG/RP: www.abagrp.org.br

RESUMO DAS PROPOSTAS DE MEDIDAS

1) Dotação Orçamentária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

A tomada de decisão do governo, realizada ao sabor do fluxo de caixa do Tesouro Nacional, é incondicional nos cortes de recursos. Existem áreas prioritárias que não suportam contingenciamentos.

2) Crédito e Endividamento Rural

A oferta de recursos pelo sistema nacional de crédito rural, a juros mais baixos, não acompanha o aumento da área plantada e a maior necessidade de capital de giro. A relação entre oferta de crédito e área plantada de grãos caiu 72% nos últimos dez anos.

As renegociações das dívidas do setor comprometem a disponibilidade de recursos. Para possibilitar novos financiamentos é importante uma reavaliação de ativos apresentados pelos produtores como garantias nas operações, de modo a liberar os valores excedentes.

É fundamental estimular o uso de mecanismos operacionais de *hedge*, como os contratos futuros e de opções. A busca de recursos externos constitui outra alternativa para ser trabalhada pelo governo e pela iniciativa privada.

Quanto ao câmbio, a administração da taxa não pode deixar inadequadas as relações de troca no agronegócio, pois a disparidade com os níveis praticados no comércio internacional desfavorece as exportações, compromete a rentabilidade das operações e amplia o endividamento do setor.

3) Seguro Rural

Até a sanção da Lei do Seguro Rural nº 10.823, em 2003, o Brasil não tinha nenhum mecanismo para proteger a renda ao produtor. Havia apenas o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que cobria o crédito de custo.

O desenvolvimento do agronegócio depende da implementação de medidas anticíclicas, como instrumentos perenes de garantia de renda e seguro rural.

A massa de recursos deve ser considerável para atender as necessidades da agropecuária brasileira e requer a constituição e regulamentação de um Fundo de Amparo à Catástrofe, como existe em muitos países. É necessário também ampliar os limites de seguro para os armazéns gerais, de modo a viabilizar o uso de *warehousing* agropecuários e conhecimento de depósitos agropecuários.

4) Tributação

A análise da competitividade do agronegócio passa por uma avaliação do impacto da carga tributária nas cadeias produtivas. Grande parte dos países adota o imposto sobre valor agregado (IVA) e este é um bom exemplo a ser seguido.

5) Parceria Público Privada (PPP) e Custo Brasil

O crescimento do agronegócio depende diretamente de investimentos em infraestrutura. Os gargalos existentes nos setores de armazenagem, transporte e portos afetam a competitividade do setor.

6) Segurança Fundiária

O governo deve zelar, em qualquer tempo, pelo cumprimento do estado de direito da propriedade rural, um dos pressupostos básicos para atrair recursos para investimentos produtivos e trazer prosperidade para o agronegócio.

O objetivo é estimular a emancipação econômica, com geração de renda, empregos e oportunidades. Uma alternativa é a criação de programas de financiamento para a compra de glebas que priorizem o indivíduo com vocação para trabalhar no campo.

7) Marketing e Venda de Produtos

O MAPA deve montar o seu próprio programa externo de marketing e vendas para, em parceria com a APEX, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, desenvolver ações que tragam respostas positivas para alguns produtos estratégicos. Associado a isto, valorizar a imagem institucional do setor junto aos consumidores internos e externos, tanto via divulgação dos padrões tecnológicos, gerenciais e de qualidade dos produtos, quanto pelo seu papel crucial para o desenvolvimento do País.

O posicionamento de venda dos produtos deve levar em conta a segmentação de mercado entre convencionais, orgânicos e transgênicos.

8) Contratos nas Cadeias Produtivas

A adoção de contratos é uma alternativa importante tanto para carrear recursos para o setor primário, fora do sistema oficial; como para harmonizar os conflitos de distribuição de renda nas cadeias produtivas, pois dissemina a consciência da necessidade de transparência, credibilidade e cumprimento entre as partes envolvidas, em que o elemento chave é a ética.

O rompimento unilateral coloca em xeque a credibilidade e a transparência do sistema. A inclusão de cláusula para dirimir conflitos em conselhos arbitrais representa uma facilidade para soluções de controvérsias e é uma evolução do ponto de vista mercadológico.

9) Negociação Internacional

A nova ordem de negociação, que integrou países em blocos, uniformizou os sistemas produtivos no agronegócio e harmonizou o aparato regulatório, exige maior articulação entre governo, enquanto executor dessas tarefas, com a iniciativa privada, envolvida diretamente nas ope-

rações de produção e comercialização dos produtos. O papel do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais (Abag, CNA e OCB), como o canal legítimo de interlocução do setor com o governo, deve ser fortalecido.

Cabe ao governo reforçar seu papel nas negociações comerciais externas, mantendo a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) como órgão de colegiado de coordenação, em nível ministerial, integrada pela Casa Civil e Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Criação do cargo de Ministro para a Coordenação do Comércio Exterior na CAMEX, importante para dar um ponto focal às decisões; e a nomeação de adidos comerciais em países estratégicos do ponto de vista comercial, como a China, a Índia, a Rússia, a União Européia e os Estados Unidos, dentre outros.

10) Normas e Certificações

É preciso incorporar formalmente às discussões de comércio a abordagem de *normalização*, ao invés de *regulamentação* pública tradicional, de modo a estabelecer critérios de equivalência entre processos de avaliação da conformidade, para que as *certificações nacionais* sejam reconhecidas em operações de comércio internacional.

Evitar gastos de recursos e tempo com base em referências apenas dos países importadores e implementar o Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) e os Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade. A coordenação é do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

11) Sustentabilidade

Externamente o tema ganha destaque, afeta a imagem do agronegócio nacional e já serve como barreira protecionista ao comércio internacional. Aprimorar o país na premente questão corresponde a anali-

sar um de seus mais importantes marcos regulatórios, que é a legislação ambiental. A solução desse problema envolve análises técnicas e científicas que se traduzam em ganhos efetivos ao meio ambiente e à biodiversidade. O Zoneamento Ecológico Econômico, para definição das áreas de ocupação, exploração, preservação ambiental e recomposição em cada unidade agroecológica é um assunto que merece um tratamento de emergência.

Essas iniciativas contribuirão substancialmente para que a imagem do agronegócio brasileiro seja associada a princípios, padrões e critérios de sustentabilidade internacionalmente aceitos.

12) Defesa Sanitária

O cumprimento do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias da OMC, do qual o Brasil é signatário, aponta para a necessidade da montagem de uma Agência Sanitária, com participação multiministerial e de agentes privados, que tenha contrato de gestão operacional de longo prazo para que as ações de normatização, prevenção, monitoramento, educação, controle e erradicação de pragas e doenças seja implementado.

13) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)

A área de pesquisa e desenvolvimento é crucial porque dela depende a obtenção de resultados futuros. Enquanto o Brasil aplica apenas 1% do seu PIB em pesquisa, nações mais desenvolvidas chegam a 3%. Aqui os fundos utilizados são basicamente governamentais, com participação muito pequena da área privada. A politização e a ideologia em questões de caráter eminentemente científico empobrecem o debate e colocam o Brasil em desvantagem perante outros países.

Produtos como sementes, fertilizantes e defensivos tiveram alterações radicais na sua composição e formulação ao longo do

tempo. O avanço tecnológico trouxe ganhos de produtividade que mantiveram a produção crescente e atenderam à demanda, cada vez maior, por alimentos, energia e fibras.

14) Agroenergia

A matriz energética baseada em fontes renováveis coloca em destaque a agroenergia, cuja relação com a agricultura de alimentos e fibras é de simbiose, pois fortalece a renda e gera emprego no campo e nas comunidades do interior do país. Fortalecer o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, aprovado pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que surgiu cercado de projeções promissoras. No que tange ao etanol, as perspectivas são mais concretas e otimistas.

Na parte de regulação, os principais pontos dizem respeito à montagem de estoques com a participação dos elos das cadeias produtivas, da produção à distribuição. Delinear o papel e o apoio a ser desenvolvido pelo governo será vital, pois envolve a administração de preços e o abastecimento de produtos sensíveis para o consumidor.

15) Montagem Institucional

É fundamental atualizar a Lei Agrícola, para dispor o País de um marco regulatório adequado para uma economia aberta; menor dependência de recursos públicos; orientação voltada para o abastecimento e o mercado; e visão de cadeia produtiva.

É imperioso também que as atribuições hoje submetidas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Secretaria Especial da Pesca e as áreas de florestas econômicas alocadas no Ministério do Meio Ambiente sejam concentradas no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As questões pertinentes à reforma agrária devem ficar subordinadas diretamente à Presidência da República.